

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE DISPENSA Nº ____/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO ____/2026
PROCESSO ADM: Nº 2175/2026

A **Prefeitura Municipal de Natividade - RJ**, com sede administrativa na Praça Ferreira Rabello, nº 04, bairro centro,, CEP 28380-000, Natividade/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxx, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Natividade/RJ, Sr Marcos Antônio da Silva Toledo, portador do documento de identidade nº XX.410.XXX-X, órgão expedidor CREA, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.845.017-XX, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, _____, Estado _____, CEP: _____, representada pelo Sr. _____, portador do CPF nº _____, residente e domiciliado _____, Bairro _____, Estado _____, CEP: _____ doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº ____/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA**, para atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Natividade/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, conforme Termo de Referência anexo à Dispensa de Licitação nº ____/2026.
- 1.2. **DESCRIÇÃO - QUANTIDADE - VALOR:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE/RJ					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL

1	ÁGUA SANITÁRIA (1 LITRO)	UNID	250		
2	CORO LÍQUIDO (2 LITROS)	UNID	250		
3	DESINFETANTE (2 LITROS)	UNID	250		
4	SABONETE LÍQUIDO(500ML)	UNID	50		
5	DESINFETANTE GEL CONCENTRADO(PINHO OU EUCALIPTO, 2 LITROS)	UNID	100		
6	SABÃO PASTOSO (500 GRAMAS)	UNID	25		
7	SABÃO EM BARRA(200 GRAMAS, EMBALAGEM COM 5 UNIDADES)	PCT	40		
8	SABÃO EM PÓ(1 KG)	UNID	100		
9	ESPONJA DE AÇO CARBONO	PCT	200		
10	ESPONJA DUPLA FACE	UNID	200		
11	SACO DE LIXO (30 LITROS)	RL	100		
12	SACO DE LIXO (100 LITROS)	RL	100		
13	SACO DE LIXO(50 LITROS)	RL	100		
14	PANO MULTIUSO	PCT	100		
15	PÁ DE LIXO COM CABO	UNID	10		
16	SACO DE CHÃO ALVEJADO	UNID	100		
17	SACO DE CHÃO CRU(NÃO ALVEJADO)	UNID	100		
18	RODO	UNID	10		
19	ESCOVA PARA LAVAR	UNID	10		
20	VASSOURA PIAÇAVA	UNID	100		
21	VASSOURA DE PELO	UNID	20		
22	VASSOURA HIGIÊNICA PARA VASO SANITÁRIO COM SUPORTE	UNID	20		
23	NEUTRALIZADOR DE ODORES	UNID	100		
24	PAPEL HIGIÊNICO (FARDO COM 64 UNIDADES)	FD	200		
25	ÁLCOOL ETÍLICO HDRATADO 92,8%(1 LITRO)	UNID	200		
26	INSETICIDA AEROSOL	UNID	20		
27	FLANELA 100% ALGODÃO, PARA LIMPEZA, FORTE, LISA, MEDINDO 28X38CM, COR AMARELA	UNID	150		
28	DETERGENTE LÍQUIDO(500 ML)	UNID	200		
29	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	PCT	50		
30	SAPONÁCEO COM DETERGENTE EM PÓ(300 GRAMAS)	UNID	50		
31	LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA	PR	50		
32	LIMPADOR MULTIUSO(500 ML)	UNID	200		
33	PEDRA SANITÁRIA COM SUPORTE PLÁSTICO	UNID	150		
VALOR TOTAL:					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. Dispensa de Licitação de Registro de Preço nº ____/2026;

1.3.3. A Proposta da ATA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE:

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, **com possibilidade de prorrogação**, nos termos da legislação vigente.

2.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período e mesma quantidade inicialmente contratada, desde que demonstrado o interesse da Administração, devidamente justificado nos autos do processo.

2.3. DO REAJUSTE

2.3.1 A Ata de Registro de Preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo de quantitativos ou qualitativos, permanecendo inalterados os valores e condições pactuados durante toda a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. A entrega dos produtos deverá ocorrer de forma PARCELADA conforme a necessidade da Secretaria requisitante, não sendo obrigatório usar todo o saldo disponível.

3.2 A Contratada se obrigará a realizar a entrega dos produtos em quantidades solicitadas, após a requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Natividade/RJ. A Contratada deverá estar apta no prazo máximo de 05 (cinco) dias após assinatura da ATA.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da ata é de R\$ _____ (_____), observados os valores unitários e totais constantes no item 1.2 desta Ata.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento de entrega e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal, observada a ordem cronológica de exigibilidade, por meio de transferência eletrônica, após a execução do objeto contratual e mediante a entrega da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável, conferida e aprovada pela Administração Municipal, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Pública Federal e Municipal do domicílio ou sede da contratada, bem como das certidões relativas ao FGTS e às obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O Contratante obrigar-se-á:

7.1.1 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do Órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;

7.1.3 Comunicar/Notificar à empresa Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na entrega do produto, para imediata correção e/ou substituição;

7.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador;

7.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada obrigará-se a:

8.1.1 Fornecer os produtos no local e prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação, em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes no Termo de Referência;

8.1.2 Executar a entrega dos produtos/serviço dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria, de acordo com as especificações, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

8.1.3 Corrigir e/ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação formal, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes nos anexos e nas respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade que comprometa sua utilização;

8.1.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente às reclamações, bem como comunicar, de forma imediata e por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do contrato;

8.1.5 Prover todos os meios necessários à plena operacionalidade da entrega dos itens, inclusive nos casos de greve, paralisação ou qualquer outro evento que possa impactar a execução dos serviços;

8.1.6 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração relativa a endereço, conta bancária ou demais informações necessárias ao perfeito cumprimento do contrato;

8.1.7 Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos itens, tais como fretes e/ou transportes, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante;

8.1.8 Manter a regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência da Ata, bem como apresentar, no momento da entrega da nota fiscal, as certidões comprobatórias (Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade Fiscal Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), como condição para o recebimento da prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) Der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art.156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4 **Multa:**

10.2.4.1 Moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.3 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4 Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da

perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

10.4.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.5 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº](#)

[14.133, de 2021](#)).

10.6 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.8 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes desta mesma ata ou de outras que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA

11.1. A ata se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1 A ata se extingue quando a consumação do seu objeto, ou seja, com a contratação integral dos quantitativos registrados.

11.2. A ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.2.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.

11.2.3.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.4 Indenizações e multas.

11.4. A extinção da ata não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício 2026, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Prefeitura Municipal de Natividade CNPJ: 28.920.304/0001-96	3.3.90.30.00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 Ficam os seguintes servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do objeto, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º, da Lei federal nº 14.133/21.

FISCAL DE CONTRATO	
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	
Servidor: Filipe da Cruz Garcia Nunes	Portaria GP: 474/2026

GESTOR DE CONTRATO	
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	
Servidor: Wanessa Bazeth de Mello	Portaria GP: 474/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais das atas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 Registros que não caracterizam alteração da ata podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento sítio oficial: www.natividade.rj.gov.br e no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleita a Comarca de Natividade – RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natividade, RJ, XX de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE/RJ

CNPJ: 28.920.304/0001-96
Marcos Antônio da Silva Toledo
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Fiscal do Contrato

Gestor do Contrato